



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 9 de abril de 2011

<b>A CRITICA</b> Chineses estão 'invadindo' o comércio local ..... ECONOMIA	1
<b>A CRITICA</b> Chineses estão 'invadindo' o comércio local (continuação) ..... ECONOMIA	2
<b>A CRITICA</b> COMPARADO A 2010 ..... ECONOMIA	3
<b>A CRITICA</b> Rogério Pina ..... BEM VIVER	4
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> ZPEs no Norte preocupam ..... ECONOMIA	5
<b>MASKATE</b> Consumidor é beneficiado com redução de ICMS ..... CIDADE	6
<b>MASKATE</b> Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação) ..... CIDADE	7
<b>MASKATE</b> Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação) ..... CIDADE	8
<b>MASKATE</b> Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação) ..... CIDADE	9

## Chineses estão 'invadindo' o comércio local

Eles estão avançando inclusive sobre as bancas de camelôs, pagando por elas quantias de até R\$ 30 mil

**RENATA MAGNENTI**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Eles não têm fluência na língua portuguesa, comercializam produtos importados a preços populares e, em meio a esses produtos, alguns falsificados. Os chineses têm conquistado cada vez mais espaço no comércio do Centro de Manaus alugando lojas e adquirindo bancas de camelôs visando o ingresso no camelódromo. Ontem, o presidente da Câmara Municipal, Isaac Tayah, esteve na Polícia Federal (PF) e pediu ao superintendente da PF, Sérgio Fontes, que averigüe o caso para preservar o comércio local (ver box).

Na rua Doutor Moreira, por exemplo, uma loja ampla abriga uma diversidade de bolsas coloridas que imitam as da marca Chanel e as da Kipling. No caixa e na porta da loja, chineses atentos observam os clientes. Nas redondezas, outra loja, desta vez de bijouterias, e o dono que não falava português, se recusa a conversar e apenas recebe o pagamento de seus clientes.

Na rua José Paranaguá, uma chinesa trabalha em uma banca de camelô vendendo camisetas e roupas para bebês. Segundo M. Simpson, ele era o proprietário da banca e a vendeu ao casal chinês. "Eu não sei o nome deles, só sei que vendi o ponto há três anos e que o marido dela está na China comprando mercadorias". Na rua Henrique Martins, na loja Belo, Bolsa e Bijouterias, a clientela se surpreende com a diversidade de produtos, enquanto, chineses observam o movimento e conversam entre si.

Segundo os camelôs, o problema é que muitos destes chineses além de abastecerem o comércio popular amazônico, se tornaram concorrentes deles. "Temos chineses aqui com três pontos comerciais querendo ter dez lojas. E, além disso, vendem bolsas, por exemplo, até R\$ 20 mais barato que os camelôs locais", disse o ambulante Joel Oliveira. Ele acrescentou ainda



Presença de empreendimentos chineses no Centro é cada dia maior

que compram bancas de camelôs por até R\$ 30 mil, visando um ponto no camelódromo.

Os ambulantes reclamaram também da presença de comerciantes e ambulantes turcos, peruanos e colombianos no Centro da cidade.

### AUTORIDADES

"Não temos um local para reordenar nossos ambulantes e ainda teremos que conviver com esse conflito? Se não fizermos nada agora Manaus terá problemas como teve São Paulo, Fortaleza e Bahia", disse o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), Ralph Assayag.

O auditor chefe do núcleo de repressão da Receita Federal, Leandro Guedes dos Santos, disse que o foco da instituição é apreender mercadoria ilegal, já que a maioria das lojas no Centro tem a documentação em dia.

O economista Martinho Azevedo, acrescentou que a legislação brasileira permite que comerciantes estrangeiros sejam donos de empresas. "O que fica em aberto é histórico das práticas comerciais chinesas que são predatórias, por fatores de ordem econômica e social".

### Blog

“ José Rogério

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE  
PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

### “Estou ouvindo pela primeira vez

que chineses estão comprando bancas de camelôs no comércio central de Manaus. É lógico que as bancas não podem ser vendidas. Foram concedidas a amazonenses que atuavam neste segmento informal há anos. Quem está fazendo este tipo de "negócio" está agindo de má-fé tanto com a Prefeitura quanto com o suposto comprador. Ainda que façam um documento reconhecido em cartório, o nome que consta na Prefeitura de Manaus é do permissionário brasileiro. No contrato está claro que é proibida a comercialização do ponto de venda, já que são permissionários e não proprietários. Irei investigar essa situação e se constatar irregularidade o permissionário terá a licença de autorização cancelada imediatamente.”

Chineses estão 'invadindo' o comércio local (continuação)

## Isaac Tayah vai à PF pedir ação contra falsificados

Euzivaldo Queiroz/ 07/02/2011

Na manhã de ontem, o presidente da Câmara Municipal de Manaus, Isaac Tayah, foi à Polícia Federal para solicitar que a instituição investigue a comercialização de produtos falsificados provenientes da China, no Centro de Manaus.

A denúncia foi feita ao presidente da CMM por membros da Associação Comercial do Amazonas (ACA) e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM) durante uma reunião na semana passada. "Estamos aqui por zelo ao comércio local. Os membros da ACA e da CDLM demonstraram uma grande preocupação com esse aumento da informalidade e do comércio de produtos falsificados, situação que, segundo eles, também já chegou a Belém e que acaba trazendo prejuízos ao comércio, que paga seus impostos e realiza importações legais. Senão como ficará a arrecadação do Município



Isaac Tayah agiu motivado pela CDL

e do Estado?", questionou Tayah.

O superintendente Sérgio Fontes disse que, a partir da denúncia, a PF tomará as medidas necessárias, iniciando pelo processo de levantamento policial

e de realização de um relatório. "Recebemos a informação de uma fonte fidedigna e vamos adotar as providências, através de operação policial, ação repressiva e ostensiva, e de ações de inteligência. Isso já aconteceu em outros Estados e não vamos deixar que aconteça no Amazonas. Vamos dar uma resposta o mais rápido possível", disse o superintendente.

### CDLM

O presidente da CDLM, Ralph Assayag, disse que pediu ajuda junto a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa e também a Amazonastur. "Os comerciantes e ambulantes não têm poder de polícia, então, temos que recorrer a quem pode nos auxiliar", disse. O ambulante Joel de Oliveira informou que recentemente brigou com um chinês por conta dos preços baixos já que ainda nada foi feito.

## COMPARADO A 2010

# Emprego volta a subir na Indústria

Dados do IBGE apontam subida em fevereiro

Depois de seis meses praticamente estável, o emprego na indústria teve alta de 0,5% entre janeiro e fevereiro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Puxado pela recuperação da produção no primeiro bimestre, o crescimento da ocupação na indústria em fevereiro teve a ajuda do calendário: este ano o carnaval caiu em março. Com isso, muitas empresas acabaram antecipando a produção e precisaram de mais gente.

No acumulado dos últimos doze meses, o crescimento da ocupação na indústria atingiu 3,9%, resultado mais elevado da série histórica iniciada no ano de 2000. Um indicador ainda mais sensível às variações na produção, o número de horas pagas pela indústria - que inclui as horas extras - também teve avanço, de 1,1%, no período.

Um sinal de que a trajetória de crescimento pode continuar é que em fevereiro, ante igual mês de 2010, o avanço do emprego industrial ocorreu de forma disseminada: 13 dos 18 ramos pesquisados tiveram alta. O destaque foi o grupo transporte, que inclui a indústria automobilística, seguido por máquinas e equipamentos; produtos de metal; alimentos e bebidas; e máquinas e aparelhos eletrônicos e de comunicação.

Dos 14 locais pesquisados, apenas o Ceará apresentou variação negativa do emprego industrial em fevereiro deste ano ante fevereiro de 2010. As principais contribuições positivas vieram de São Paulo (2,0%), Minas Gerais (4,6%), região Norte e Centro-Oeste (4,8%), região Nordeste (3,1%), Rio Grande do Sul (3,6%) e Santa Catarina (3,1%). No País o avanço foi de 2,9%.

**Rogério Pina**

## Suframa em exposição

→ A Suframa inaugura exposição sobre os 44 anos da autarquia, hoje, às 18h, no piso Tucumã do Manauara Shopping.

### ZPEs no Norte preocupam

A instalação de unidades no Acre e Pará causa preocupação entre as entidades de trabalhadores e de empresas do parque fabril local

**RICHARD RODRIGUES**  
Equipe do EM TEMPO  
richard@emtempo.com.br

Com duas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) já autorizadas para funcionar nos Estados do Acre e Pará a partir do segundo semestre, entidades ligadas à indústria se preocupam com os riscos à competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), caso não seja cumprido o índice de 20% da produção para o mercado interno.

De acordo com o secretário de Relações Institucionais da Força Sindical, Carlos Lacerda, o projeto tem como objetivo exportar 80% de tudo que será produzido nas áreas, e 20% podem atender o mercado nacional. "Se unidades fabris das ZPEs não respeitarem esse índice de internação de mercadorias, o PIM pode ser afetado, sim", frisou.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, também é da mesma opinião de Lacerda, e afirmou que as discussões já existem há bastante tempo. "A criação das ZPEs não apresenta risco ao parque fabril local, desde que as empresas cumpram suas obrigações le-

gais que não são poucas", pontuou o dirigente, sobre os percentuais estabelecidos para exportação e para atender o mercado interno.

A preocupação das fiscalizações também foi abordada pela Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do Amazonas (Aficam). Conforme o presidente da entidade, Cristovão Marques,

**As ZPEs correspondem a distritos industriais onde se instalam empreendimentos com produção voltada para a exportação**

esse é o único problema que pode afetar o polo de Manaus.

"As indústrias já sofrem com a concorrência desleal com produtos importados, e as empresas das ZPEs devem ser fiscalizadas para que elas realmente destinem para o mercado interno somente o que foi acordado. Diante disso, as fiscalizações, até então deficientes, devem ser intensificadas", advertiu Marques.



O receio das entidades é de que a produção das ZPEs venham fazer concorrência com a do polo de Manaus

## Consumidor é beneficiado com redução de ICMS

### ✓ Medidas fazem parte do pacote Outono Tributário

### ✓ Empresariado vê medida com otimismo

O governo paulista anunciou a redução, até o final de 2012, do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre itens de consumo de massa e eletrodomésticos. Esse pacote de medidas, chamado Outono Tributário, beneficiará mais de 58 mil empresas paulistas, segundo o governador Geraldo Alckmin. Como a concessão de incentivos fiscais significa abrir mão de arrecadação, o Estado só pôde adotar essa medida porque as suas con-

tas estão em ordem. O orçamento paulista é superavitário. Em 2009, o governo conseguiu um superávit primário de R\$ 2,6 bilhões, 35% superior ao R\$ 1,9 bilhão previsto. Em 2010, também teve superávit primário e R\$ 21,9 bilhões para investir. Com o aumento do limite de endividamento pretendido por Alckmin, o Estado terá mais R\$ 15 bilhões para investir, 70% do que foi investido no ano passado. Em 2010, a União investiu R\$ 44 bilhões.

## Linha branca para 7%



O ICMS que incide sobre produtos de consumo da linha branca - fogões, geladeiras, lavadoras, tanquinhos - foi reduzido de 18% para 7%. Para a indústria de placas de madeira MDF (utilizadas na fabricação de móveis), a redução foi de 12% para 7%. E benefícios fiscais que venceriam no final deste mês foram prorrogados, entre os quais o da redução da base de cálculo

ou o diferimento do recolhimento do tributo. Aplica-se assim, a alguns setores, o que todos os demais pedem, com razão, que é mais prazo para recolher o tributo, como ocorre na maioria dos países desenvolvidos. A justificativa é que, entre a aquisição de um produto industrial pelas empresas de varejo e a sua venda, decorre um prazo que pode chegar a vários meses.

## Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação)

# Base de cálculo

A redução da base de cálculo e o diferimento do ICMS serão aplicados aos setores de autopeças, alimentos, brinquedos, instrumentos musicais, perfumaria e cosméticos, couros e calçados, papel higiênico, têxtil, vestuário e vinho. Outros setores foram incluídos entre os beneficiados, tais como os que produzem leite longa vida, iogurte, leite fermentados e solventes. O benefício foi estendido a bens de capital: empresas em fase pré-operacional poderão adquiri-los em condições favorecidas. No longo prazo, esta é a medida mais importante, porque a taxa de investimento do País é insatisfatória, da ordem de 19% do Produto Interno Bruto (PIB). Seria necessário elevá-la para cerca de 25% do PIB para conseguir uma taxa de crescimento sustentado da ordem de 5% ao ano. Para isso, os demais Estados deveriam seguir o exemplo de São Paulo, criando folga orçamentária para investir.

## Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação)

### Comércio aponta vantagens

De acordo com gerentes de lojas e comerciantes, a carga tributária como faz São Paulo, ajuda a criar empregos, e vai permitir novos empreendimentos no Estado. Além disso, ajuda na diminuição de preço para o consumidor final. "Com redução da carga tributária as empresas podem reduzir preços, aumentar as promoções, fazer girar a roda da economia", disse Paulo Dantas, gerente de importadora. A redução de tributos favorece os investimentos, pois é seguida de aumento das vendas e, portanto, do aumento da re-

ceita tributária. Na verdade, se o governo reduz agora a arrecadação tende a se ampliar num momento seguinte com o giro da economia. Foi assim que o governo Lula enfrentou a crise, e com ela se beneficiou, com a redução tributária, sobretudo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos, que estimulou as vendas e permitiu arrecadar mais. A constatação dos bons resultados dos incentivos deveria estimular a União a adotar uma política ampla de desoneração tributária, liberando a economia para crescer.

### Cangalha ilegal



Eis um exemplo, apanhado numa conta de telefone celular de São Paulo, onde o ICMS é de 25% - e já pedindo desculpas ao leitor pelo excesso de números. Na nota fiscal está escrito que o valor do ICMS é de R\$ 98,22 - que são 25% sobre uma base de cálculo, ali referida, de R\$ 392,88, total a ser pago pelo usuário. Ora, retirando desse total o valor do imposto, dá o preço

líquido do serviço, certo? Temos, então: preço líquido do serviço, R\$ 294,66; e ICMS, R\$ 98,22. Portanto, o imposto efetivamente cobrado representa 33,33% - uma alíquota ilegal. Como é que isso passa nos Parlaentos e nos tribunais? Porque estão todos - deputados, senadores, juizes e mais o Executivo - sempre em busca de dinheiro dos contribuintes para gastar mais.

### Caro e pesado

Investir no Brasil está muito caro. E por causa de infraestrutura e impostos. As empresas se queixam do ambiente de negócios, ou seja, das dificuldades para montar e operar empresas, registrar marcas, obter licenças e, especialmente, lidar com o sistema tributário. Em cima disso vem o peso dos impostos. O Brasil cresce apesar desses obstáculos e por causa de virtudes, como a estabilidade macroeconômica, e a sorte

de, recentemente, ter sido beneficiado por um forte crescimento global, sobretudo da China. Mas o custo Brasil fica cada vez mais caro. O ciclo do sistema tributário se complica ainda mais todos os dias, com as novas normas lançadas pelos Fiscos estaduais, municipais e federal. Nosso sistema tributário é o pior do mundo. E o mais custoso. As empresas e as pessoas gastam dinheiro para ficar em dia com o Fisco.

## Consumidor é beneficiado com redução de ICMS (continuação)

# ICMS um truque escandaloso

Segundo Carlos Alberto Sardenberg, um dos truques mais escandalosos está no ICMS, imposto estadual cujas alíquotas são fixadas em lei e reguladas pelo Confaz, conselho que reúne os secretários estaduais de Fazenda. Há tetos para as alíquotas. Foi aí que um talento das contas públicas inventou o “cálculo por dentro”. Isso mesmo, uma fórmula matemática que faz o milagre: acrescenta ao preço “líquido” do

produto (ou serviço) o valor do imposto e calcula o imposto sobre o preço total. Não passa no teste da boa lógica ou do simples bom senso. O imposto incide sobre o valor da mercadoria (ou serviço) e ponto final. Está na cara que colocar o imposto no preço e recalculá-lo é um truque para cobrar duas vezes. O resultado é que se cobra imposto sobre imposto, criando-se uma alíquota acima do estipulado na lei.